

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Lucas Henrique Lopes Moura

**LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE
JANEIRO DE 2018 PELOS PELOTÕES DA BRIGADA PARAQUEDISTA EM
OPERAÇÕES DE GLO**

**Resende
2023**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL

TÍTULO DO TRABALHO: LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018 PELOS PELOTÕES DA BRIGADA PARAQUEDISTA EM OPERAÇÕES DE GLO

AUTOR: LUCAS HENRIQUE LOPES MOURA

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

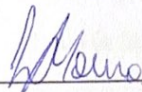
Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 16 de JUNHO de 2023



Assinatura do Cadete

Dados internacionais de catalogação na fonte

M929i MOURA, Lucas Henrique Lopes

A influência da intervenção federal no rio de janeiro de 2018 na atuação dos pelotões da brigada paraquedista em operações de cooperação e coordenação com agências / Lucas Henrique Lopes Moura – Resende; 2023. 41 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Matheus Lemos de Abrantes
TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Intervenção Federal. 2. Rio de Janeiro. 3. Brigada Paraquedista. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Mônica Izabele de Jesus CRB-7/7231

Lucas Henrique Lopes Moura

LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018 PELOS PELOTÕES DA BRIGADA PARAQUEDISTA EM OPERAÇÕES DE GLO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Mateus Lemos de Abrantes

**Resende
2023**


Lucas Henrique Lopes Moura


LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018 PELOS PELOTÕES DA BRIGADA PARAQUEDISTA EM OPERAÇÕES DE GLO

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em 16 de Junho de 2023:

Banca examinadora:


Mateus Lemos de Abrantes – 1º Ten
(Presidente/Orientador) **MATEUS LEMOS DE ABRANTES - 1º TEN**
101: 062422834-2 MD/EB


Guilherme Winston da Silveira Rodrigues - Cap


Filipe Lomba Resende - Cap

Resende
2023

Dedico este trabalho, primeiramente à Deus, pois sem ele não teria chegado onde estou, realizando meu sonho de tornar-me oficial do Exército Brasileiro, à minha madrinha que me apoiou em todos os momentos da formação, à minha mãe que me criou e me fez ser o homem que sou hoje e à minha namorada que me deu suporte desde o início para nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, por ter me dado a oportunidade de ingressar e conseguir chegar no último ano da AMAN e também por nunca ter deixado eu desistir perante as dificuldades, assim podendo realizar meu sonho de me tornar oficial do Exército Brasileiro.

Agradeço também a minha mãe e minha madrinha, que foram meus pilares durante a formação, nunca deixando me faltar apoio incondicional em qualquer aspecto necessário, em momentos bons ou ruins. Vocês são diretamente responsáveis por quem sou hoje e por estar conseguindo realizar meu sonho.

Agradeço também à minha namorada que esteve comigo em todas as situações possíveis, nos piores e nos melhores momentos, nunca me deixando faltar apoio. Obrigado por ser meu porto seguro em meio a todas as tempestades vividas durante a formação.

Ao meu orientador, por todo esforço e dedicação desprendido para me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho. Independente do horário, sempre esteve disposto a ajudar e retirar dúvidas sobre o trabalho, renunciando a horários de descanso em prol de minha formação. Sem essa ajuda, nada disso seria possível.

Aos meus amigos que sempre me apoiaram, em especial ao Asp Jarske, que me mostrou a carreira militar e foi um dos maiores incentivadores para eu adentrar nesta carreira, além de dividir este sonho comigo.

Aos camaradas de toda a formação, desde a escola preparatória até este último ano da AMAN, em especial à Família Vanguardeira, com quem dividi momentos inesquecíveis, da lama ao tapete vermelho, nunca deixando o ímpeto da vitória e a vontade de vencer se esvaírem.

RESUMO

LIÇÕES APRENDIDAS ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018 PELOS PELOTÕES DA BRIGADA PARAQUEDISTA EM OPERAÇÕES DE GLO

AUTOR: LUCAS HENRIQUE LOPES MOURA
ORIENTADOR: MATEUS LEMOS DE ABRANTES

Este estudo teve como objetivo geral compreender as lições aprendidas através da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão de literatura narrativa de nível exploratório, com a análise de artigos, livros e outras publicações relacionadas ao tema. A contextualização deste estudo se baseou na importância da atuação integrada entre as agências de segurança pública em situações de crise, como a Intervenção Federal ocorrida no Rio de Janeiro em 2018. Nesse contexto, os Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista desempenharam um papel fundamental na realização de operações de Garantia da Lei e da Ordem.

A metodologia adotada foi uma revisão de literatura narrativa, que consistiu na busca, seleção e análise de publicações relacionadas ao tema. Foram consultados artigos científicos, livros, relatórios e outras publicações relevantes sobre a atuação dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018. A análise dos dados foi realizada por meio da organização e categorização dos principais temas e ideias abordados nas publicações consultadas. Os resultados obtidos permitiram concluir que a atuação dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em operações de Garantia da Lei e da Ordem é essencial para o sucesso de ações em situações de crise. Além disso, a presença de instrumentos legais como a GLO e as OCCA pode contribuir significativamente para a efetividade das ações realizadas. É fundamental, portanto, que haja investimentos em capacitação e treinamento contínuos dessas unidades, bem como na integração e coordenação entre as diferentes agências de segurança pública.

Palavras-chave: Intervenção Federal. Rio de Janeiro. Brigada Paraquedista.

ABSTRACT

LESSONS LEARNED BY THE PLATOONS OF THE PARACHUTING BRIGADE THROUGH THE 2018 RIO DE JANEIRO FEDERAL INTERVENTION IN OPERATIONS OF GUARANTEE OF LAW-AND-ORDER

AUTHOR: LUCAS HENRIQUE LOPES MOURA
ADVISOR: MATEUS LEMOS DE ABRANTES

This study aimed to understand the lessons learned through the Federal Intervention in Rio de Janeiro in 2018 in the Paratrooper Infantry Brigade Platoons in Guarantee of law-and-order Operations. To achieve this goal, an exploratory-level narrative literature review was conducted, analyzing articles, books, and other publications related to the subject. The context of this study was based on the importance of integrated action between public security agencies in crisis situations, such as the Federal Intervention that occurred in Rio de Janeiro in 2018. In this context, the Paratrooper Infantry Brigade Platoons played a fundamental role in conducting security operations in guaranteeing law and order.

The methodology adopted was a narrative literature review, consisting of searching, selecting, and analyzing publications related to the subject. Scientific articles, books, reports, and other relevant publications on the role of Paratrooper Infantry Brigade Platoons and the Federal Intervention in Rio de Janeiro in 2018 were consulted. The data analysis was performed by organizing and categorizing the main themes and ideas addressed in the publications consulted. The results obtained allowed us to conclude that the performance of the Paratrooper Infantry Brigade Platoons in operations of guarantee of law and order is essential for the success of actions in crisis situations. Furthermore, the presence of legal instruments such as GLO and OCCA can significantly contribute to the effectiveness of the actions performed. Therefore, it is essential to invest in continuous training and capacity-building for these units, as well as in the integration and coordination between different public security agencies.

Keywords: Federal Intervention. Rio de Janeiro. Parachute Brigade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro resumo dos militares participantes	31
Tabela 2 – Aspectos que apresentaram melhoria	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal, GIF/RJ	18
Figura 2 – Organograma da Intervenção Federal	18
Figura 3 – Organograma da Bda Inf Pqdt	23
Figura 4 - O Ambiente Organizacional Interagências	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Mortes Violentas por ano	15
Gráfico 2 – Quantidade de roubos na rua por ano	15
Gráfico 3 - Quantidade de roubos de carga por ano	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
Bda Inf Pqdt	Brigada de Infantaria Paraquedista
B DOMPSA	Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar
CCj	Comando Conjunto
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle
Ch EM	Chefe do Estado-Maior
CML	Comando Militar do Leste
COTER	Comando de Operações Terrestres
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
FAB	Força Aérea Brasileira
F Emp Estrt	Força de Emprego Estratégico
FNSP	Força Nacional de Segurança Pública
FT BI PQDT	Força-Tarefa Batalhão de Infantaria Paraquedista
F TER	Força Terrestre
G Cmdo	Grande comandos
Gen	General
GIFRJ	Gabinete da Intervenção Federal no Rio de Janeiro
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GU	Grande Unidade
IF	Intervenção Federal
MD	Ministério da Defesa
OCCA	Operações de Coordenação e Cooperação com agências
OM	Organização Militar
ONG	Organização Não-governamental
OSP	Órgãos de Segurança Pública
OP	Operações
PF	Polícia Federal
PPA-Inf/3	Plano Padrão de Adestramento Básico das Unidades de Infantaria Paraquedista
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SESEG	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro
SIF	Secretaria de Intervenção Federal
SAF	Secretaria de Administração e Finanças
UG	Unidade Gestora
UPPs	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Objetivo geral.....	12
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018.....	14
2.1.1 Aspectos históricos sobre a Intervenção	14
2.1.2 Características da Intervenção.....	16
2.2 BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA	19
2.2.1 História e tradição da Bda Inf Pqdt.....	19
2.2.2 Organização da Bda Inf Pqdt	22
2.2.3 Preparo e Emprego dos Pelotões da Bda Inf Pqdt	23
2.3 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS	25
2.3.1 O Ambiente Operacional das OCCA.....	26
2.3.2 Características das OCCA	26
2.3.3 Operações de Garantia da Lei e da Ordem.....	27
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	30
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	30
3.2 MÉTODOS.....	30
3.2.1 Procedimentos de pesquisa	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A situação acerca da violência no Brasil influenciou as autoridades políticas a utilizarem tropas federais em situações de segurança pública desde o final do século XX. No entanto, esta prática não faz parte da maneira clássica as quais se destinam as Forças Armadas (FA), cujas missões constitucionais consistem na garantia da Soberania Nacional e na garantia dos poderes constitucionais (DE OLIVEIRA, 2019). Neste contexto, as FA podem ser designadas a atuar em uma Intervenção Federal através de um decreto presidencial.

A intervenção federal é uma ação de defesa Estatal na qual a autonomia do ente federativo que sofrerá a medida é retirada, temporariamente, predominando a vontade da União. A regra é a não intervenção, porém as circunstâncias em que se pode adotá-la estão previstas taxativamente no Artigo 34 da Constituição Federal de 1988. (BASTOS, 1999). Este recurso é instaurado por meio de um decreto. Nele deve constar o local e o prazo da Intervenção, além de nomear o interventor.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, foram decretadas apenas 3 intervenções federais no Brasil, em fevereiro 2018, no estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2018; no estado de Roraima; e em janeiro de 2023, na Capital Federal, Brasília. Neste trabalho será abordada a intervenção Federal de 2018 no Rio de Janeiro a qual se destaca pela sua justificativa e pela sua duração, cujo prazo foi de aproximadamente 01 (Um) ano, sendo a de maior extensão.

A Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 teve como objetivo restaurar o quadro de estabilidade na segurança pública do estado e com esta finalidade foram utilizadas diversas Brigadas de vários Comandos Militares de Área do Exército Brasileiro em conjunto, entre outros órgãos, com os órgãos de segurança pública (OSP) previstos no Art. 144 da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019) (BRASIL, 1988)

Assim o Exército Brasileiro mobilizou-se para melhor cumprir a missão que lhe foi designada, desta forma, pelo fato de estar localizada na cidade do Rio de Janeiro e por ser caracterizada como Força de Emprego Estratégico do EB, A Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) foi uma Grande Unidade (GU) empregada. Nesse contexto, a Bda Inf Pqdt foi uma das primeiras Brigadas utilizadas pelo Interventor Federal do Rio de Janeiro, General de Exército Walter Souza Braga Netto, para combater o caos da segurança pública que estava instaurado em um dos principais estados do País. Diante disso, esta GU procurou, aliada às agências de segurança pública, restaurar a Ordem Pública deste Ente Federativo por meio de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. (PIMENTA, 2020).

Destaca-se que diante de uma Intervenção Federal, as agências de segurança pública são imprescindíveis para seu êxito devido à necessidade de atuação em diversas frentes e a realização de diversas missões necessárias para cumprir com seu objetivo.

Assim formula-se o seguinte problema: Quais foram as lições aprendidas pelos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista, no que tange o adestramento da tropa, com a atuação em Operações de GLO na Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018?

Devido ao longo período de duração da Intervenção foram realizadas muitas ações, e observar as lições aprendidas após um extenso intervalo de tempo pode ser uma tarefa complexa, desta forma, este trabalho visa destacar as lições e a partir disto, observar a relevância deste período para os Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista no que tange seu adestramento. Assim, o trabalho justifica-se a fim de compreender a influência da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista, para que se possa ter acesso às lições aprendidas nesse período. Para que assim a Brigada de Infantaria Paraquedista possa aplicar esses aprendizados e manter uma constante evolução no adestramento e em OCCA.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Compreender as lições aprendidas através da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 no adestramento dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

1.1.2 Objetivos específicos

Compreender as características da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018;

Conhecer os tipos de pelotões da Brigada de Infantaria Paraquedista, seu organograma e características.

Conhecer as Operações de Cooperação e coordenação com agências e também as Operações de Garantia da Lei e da Ordem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO DE 2018

Este capítulo aborda as características da Intervenção concomitante aos problemas vividos, pelo Estado do Rio de Janeiro, até o decreto presidencial nº 9288 ocorrido em fevereiro de 2018 e tem como objetivo tratar brevemente sobre os aspectos socioeconômicos do Rio de Janeiro, bem como observar as características desta intervenção.

2.1.1 Aspectos históricos sobre a Intervenção

A Intervenção Federal no Rio de Janeiro de 2018 segundo Pinto Filho (2002), citado por de Jesus (2019, p.196), visava atenuar a desordem a qual abrangia a segurança pública em face do agravamento da violência no Estado desde a segunda metade de 2017. Buscava-se, com uma intervenção legalmente alicerçada, a criação de um sistema mais desenvolvido de segurança, com coordenação mais ajustada entre as forças de segurança, uma maior capacidade operacional e maior integração da inteligência do Estado.

Porém, de acordo com Valle (2019), o comprometimento da ordem pública visualizado no Rio de Janeiro não começou em 2017, as raízes do crime organizado remontam a década de 1970. Na década seguinte, a partir da abertura política ocorrida em 1984 e a eleição de governos populistas, concomitante a um aumento do tráfico de drogas da região andina do continente, o crime ganhou força. Desta forma o Estado perdeu condições econômicas, e isto, somado ao descaso no combate aos criminosos e à escalada do tráfico internacional de drogas condicionaram as crises na segurança pública nos anos seguintes.

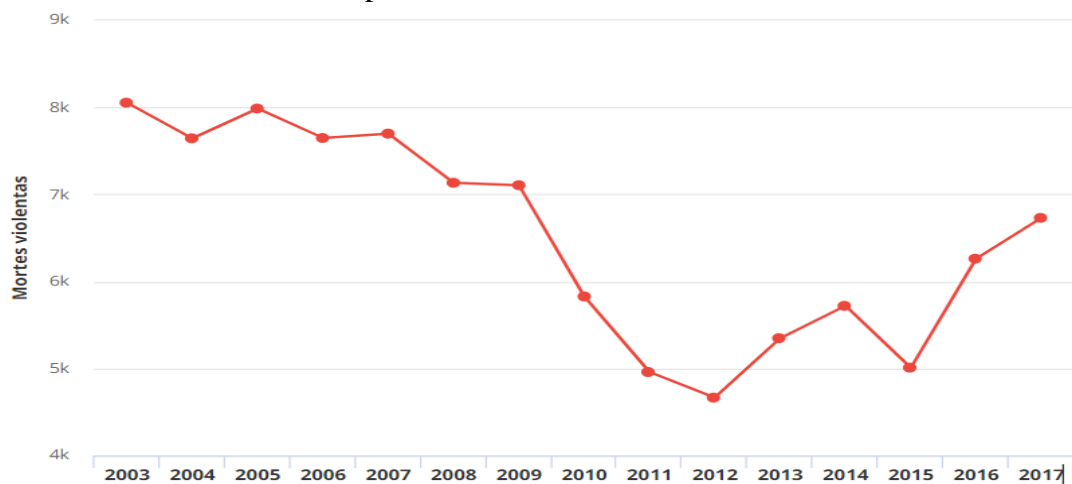
Segundo Valle (2019), a partir do ano de 2008 surge um novo agente na criminalidade do Estado, as milícias. Essas organizações quando surgiram eram diferentes do tráfico de drogas, pois tinham como principais atividades a clandestinidade como a venda de gás, a televisão a cabo e o transporte alternativo, além de tipos de taxas cobradas dos moradores e comerciantes em troca de uma suposta proteção. Atualmente as atividades desses grupos não se diferem das praticadas pelos criminosos que existiam previamente a seu surgimento.

Somado a isso se destaca também a maneira como foi realizada a urbanização do Estado e principalmente da cidade do Rio de Janeiro, visto que foi feita sem um planejamento coerente, o que gerou uma desordem na urbanização. Soma-se isto a ineficiência de políticas públicas e têm-se áreas onde o poder público não consegue exercer seu papel de polícia. Aliado a esse

problema há o fator fisiográfico da cidade do Rio de Janeiro, e também seu terreno humano, caracterizado por RUIZ (2014, apud EUA, 2008, p. 3, tradução do autor) como “o elemento do ambiente operacional que abrange os fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local”, os quais fizeram o trabalho de segurança pública do Estado de frear o crime organizado e abrandar o crescimento da violência ainda mais complicado nas últimas décadas. (VALLE, 2019)

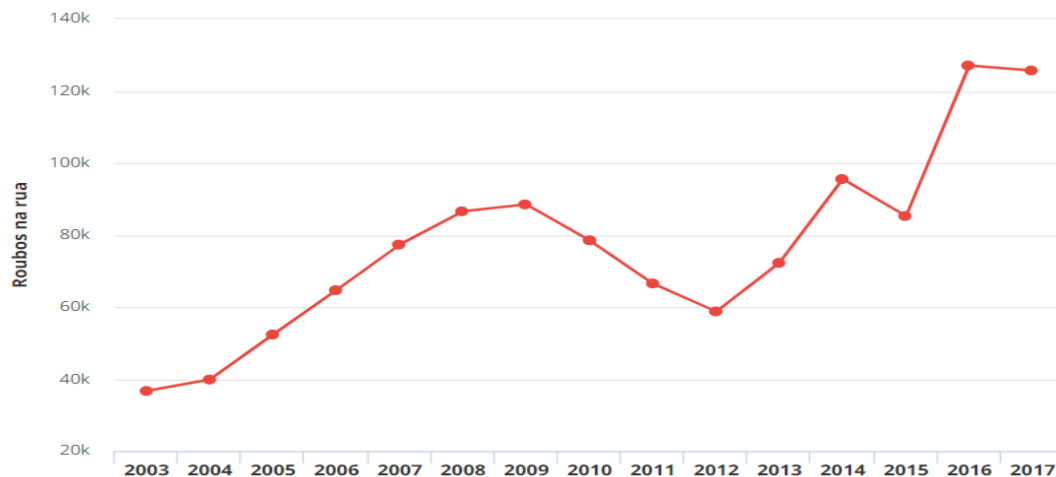
Assim, segundo Grandim, Martins e Satriano (2018), os fatores que precederam a intervenção são muitos, mas destacam-se a corrida armamentista do tráfico, o fracasso das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a expansão da milícia e uma calamidade financeira existente em todo o Estado. Desta forma desde 2012 vê-se um aumento significativo de mortes violentas (Gráfico 1) e roubos (Gráfico 2), além do roubo de carga (Gráfico 3), o qual se tornava um dos crimes preferidos dos criminosos cariocas.

Gráfico 1 – Mortes Violentas por ano



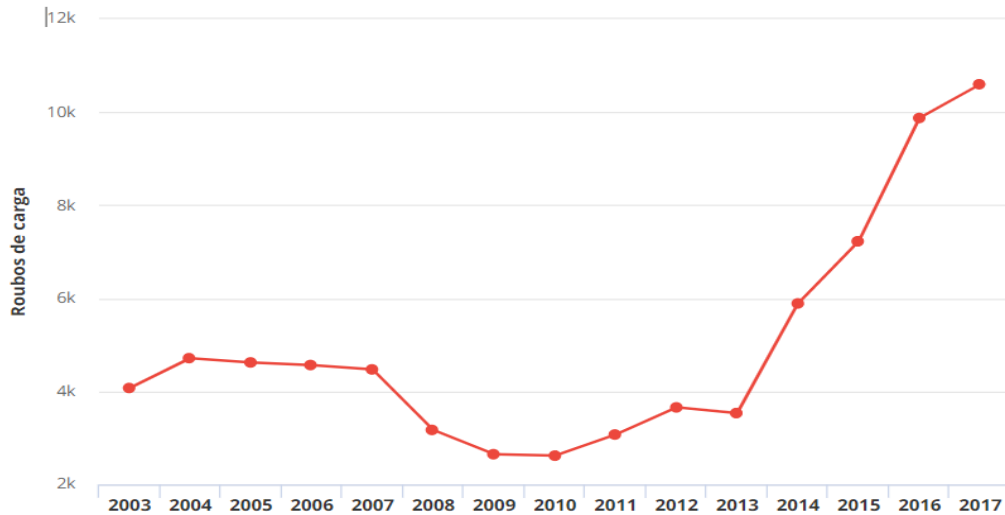
Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ) (2018)

Gráfico 2 – Quantidade de roubos na rua por ano



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ) (2018)

Gráfico 3 – Quantidade de roubos de carga por ano



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP/RJ) (2018)

Neste contexto, no fim de 2017 os índices de criminalidade chegaram ao seu ápice, fazendo com que no começo de 2018 o então Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, em 16 de fevereiro, por meio do Decreto Presidencial nº 9288 determinou a Intervenção Federal do Estado do Rio de Janeiro de 2018 a pedido do Governador do Estado Luiz Fernando Pezão. Ela foi delimitada para todo o Rio de Janeiro e teve seu período de vigência estabelecido até dia 31 de dezembro de 2018; nomeou como interventor o General de Exército Walter Souza Braga Netto, foi limitada à área de segurança pública e teve como objetivo pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2018).

2.1.2 Características da Intervenção

Aos 20 dias de fevereiro de 2018 o General Braga Netto, nomeado como interventor, assumiu as atribuições do governador do Estado no que tange a segurança pública. Concomitante a isso manteve sua função como Comandante Militar do Leste (CML), desta forma o general ficou a cargo do controle operacional do sistema prisional, do Corpo de Bombeiros Militar e das polícias militar e civil, além de todas as Grandes Unidades que já estavam sob seu comando. Podendo desta forma, solicitar aos Órgãos de Segurança Pública:

pessoal, material e/ou serviços para atuarem conjuntamente com as Forças Armadas. (OTHON, 2022).

Sobre o Decreto Presidencial 9288/8, O General Braga Netto disse: “Disso nós tiramos as duas missões impostas: recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública e baixar os índices de criminalidade”. (PIMENTA, 2020 apud NETTO, 2018)

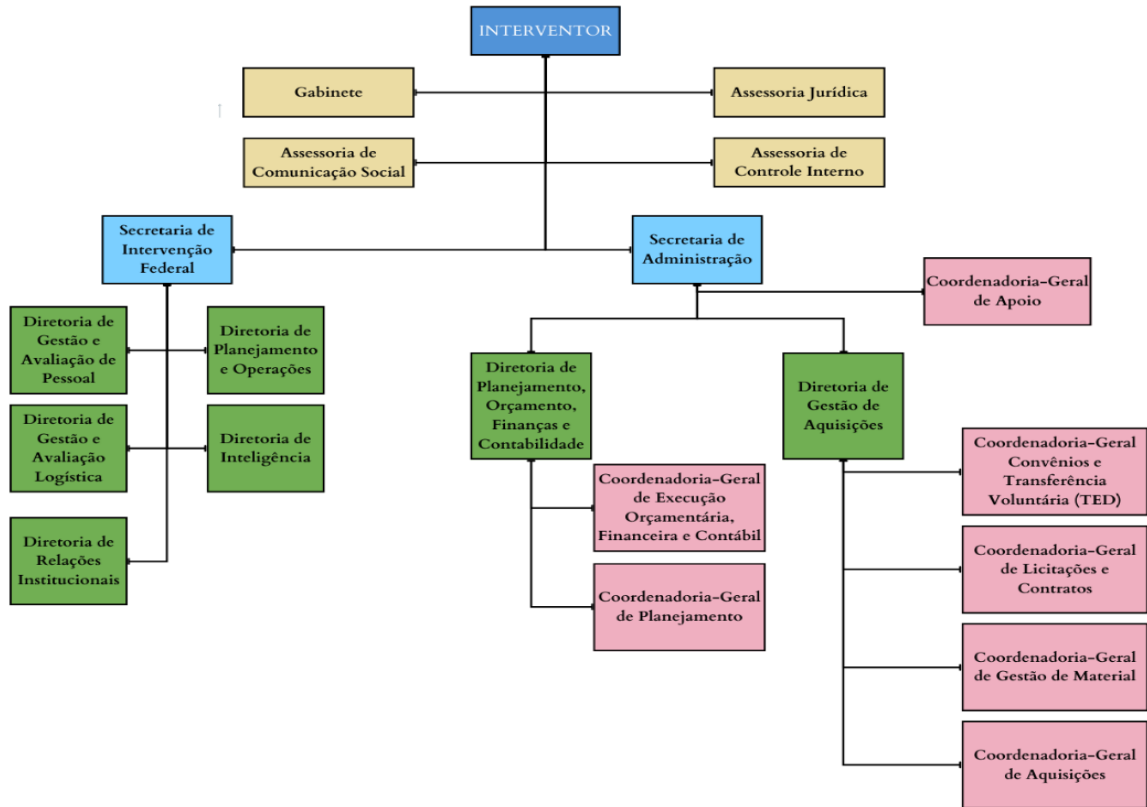
Desta forma o Gen Braga Netto definiu duas metas de acordo com as missões que lhe foram dadas: ações emergenciais e ações estruturantes. As ações emergenciais tinham a finalidade de diminuir os índices de criminalidade e o senso de segurança, diferente das estruturantes que visavam em recuperar a capacidade operativa e fortalecer as instituições como instituições de Estado. (PIMENTA, 2020 apud NETTO, 2018 p. 34 e 35).

Desta maneira, foi criado o Gabinete de Intervenção Federal, com o objetivo de ajudar as ações do Interventor Federal. Ele está localizado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) e no CML. Sua estrutura inclui recursos materiais e pessoais para garantir a realização correta das operações de intervenção. (Relatório de Gestão 2018 do GIFRJ).

O Gabinete está organizado da seguinte maneira conforme o plano estratégico desenvolvido pela GIFRJ (2018):

Está organizado em duas secretarias: a Secretaria de Intervenção Federal (SIF) e a Secretaria de Administração e Finanças (SAF). A primeira é a encarregada de realizar todos os planejamentos e coordenações das ações específicas atinentes à Intervenção Federal, escopo deste Planejamento Estratégico. A segunda tem sua atuação específica na execução orçamentária e na administração financeira, constituindo, para isso, uma Unidade Gestora (UG) da Administração federal, que, conforme Planejamento Estratégico aprovado pelo Interventor Federal, executará as ações necessárias à consecução do objetivo estabelecido no citado Decreto. (pág 07 do Plano Estratégico).

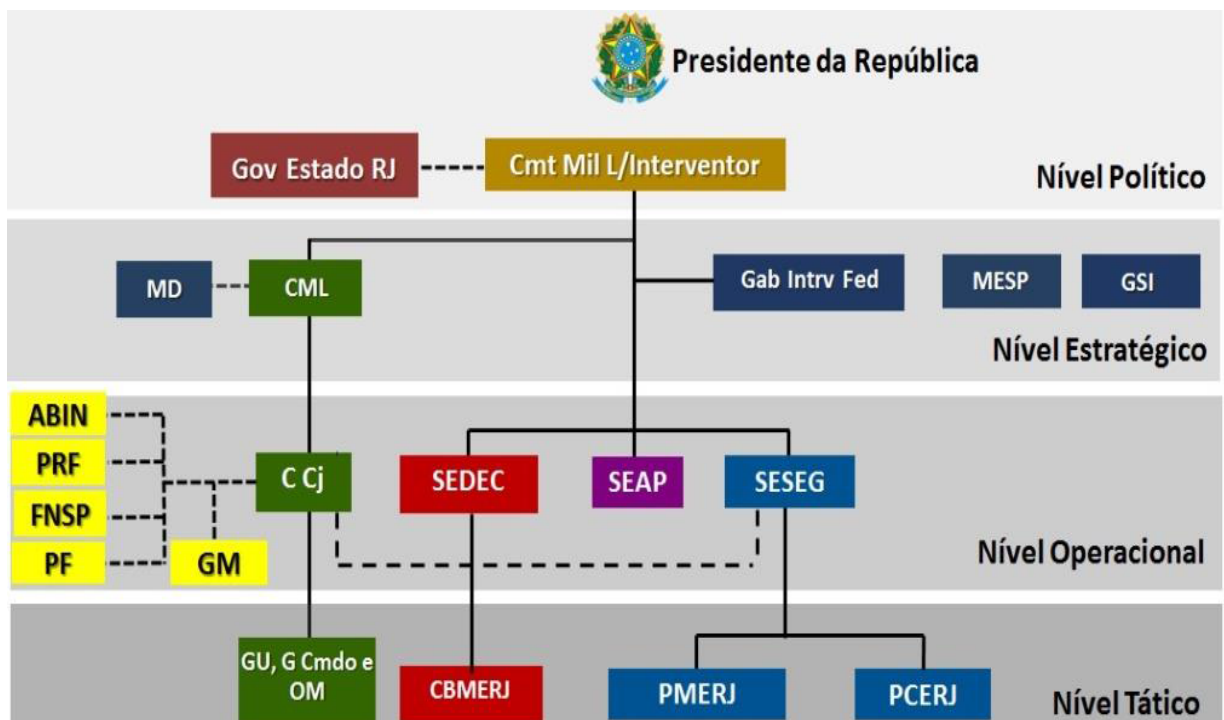
Figura 1 – Organização do Gabinete de Intervenção Federal, GIF/RJ



Fonte: Plano estratégico da Intervenção Federal (2018)

Em paralelo ao GIFRJ, os órgãos que estavam subordinados ao Interventor Federal são demonstrados no seguinte organograma:

Figura 2 – Organograma da Intervenção Federal



Fonte:<http://www.intervencaofederalrj.gov.br/intervencao/conheca-o-gabinete/Organograma201.png>

Desta maneira, o GIF era destinado para as ações estruturantes no nível estratégico e o Comando Conjunto (C Cj) tinha a função de executar o planejamento e a execução das ações emergenciais. Para cumprir com tal função contava com a subordinação dos Grandes Comandos (G Cmdo), das Grandes Unidades (GU), e as Organizações Militares que já eram subalternos ao CML; além da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG) (Polícias Militar e Civil) (PIMENTA, 2020).

Nesse contexto em que a Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt) é inserida, na qual durante todo o ano de 2018 recebeu missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) relacionadas à IF, na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. (PIMENTA, 2020).

2.2 BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA

A Brigada de Infantaria Paraquedista é uma Grande Unidade a qual compõe a Força de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro, neste capítulo será possível realizar um estudo buscando aprender sobre as minúcias da Bda Inf Pqdt e seu preparo e emprego.

2.2.1 História e tradição da Bda Inf Pqdt

A Brigada de Infantaria Paraquedista, outrora denominada Brigada de Infantaria Paraquedista, destaca-se como uma das proeminentes brigadas do Exército Brasileiro, sediada no Rio de Janeiro e subordinada ao Comando Militar do Leste, em concomitância com o Comando de Operações Terrestres, em Brasília. Através da utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), suas forças-tarefa possuem agilidade ímpar e podem rapidamente se deslocar para qualquer ponto do território nacional, de modo a garantir a pronta resposta em situações de crise. (BRASIL, 2023)

Cumprido salientar que a Brigada de Infantaria Paraquedista é integrada por militares voluntários que, mediante suas tradições e valores próprios, se sobressaem do restante do Exército. Sua organização, por sua vez, constitui-se de três batalhões de infantaria paraquedista, com o suporte de outros componentes, tais como os precursores, que figuram como sua elite, a

cavalaria paraquedista e o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar (B DOMPSA). (BRASIL, 2023)

Vale ressaltar que o paraquedismo no Exército Brasileiro surgiu no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, período caracterizado pela instabilidade política dos anos 1960. Posteriormente, a Brigada de Infantaria Paraquedista teve participação destacada nas operações de contra insurgência da década seguinte, ensejando a criação de forças de operações especiais, posteriormente segregadas. Além disso, a Brigada de Infantaria Paraquedista atuou em contingentes internacionais e, na Nova República, destacou-se em operações de garantia da lei e da ordem, sobretudo no Rio de Janeiro. Não obstante, sua principal finalidade consiste em participar de operações bélicas, ostentando o status de uma das principais unidades de elite das Forças Armadas brasileiras. (VIANA, 2020)

Em 1922, foi realizado no Brasil o primeiro salto de paraquedas de uma aeronave militar em voo, o que marcou o início da prática do paraquedismo militar na Força Aérea Brasileira, que foi criada em 1941. Entretanto, os programas de paraquedismo da época estavam direcionados principalmente para aviadores, não havendo, ainda, a realização de grandes saltos de tropas, como os praticados pelos paraquedistas alemães (*Fallschirmjäger*) e americanos, que despertaram interesse no Brasil. Nessa época, conceitos de instrução militar, como o preparo psicológico, já eram discutidos e viriam a se tornar características marcantes da Velha Brigada. (VIANA, 2020)

Segundo Viana (2020), diante desse cenário, em 1944, o capitão Roberto de Pessôa, que já havia tido contato com as forças aeroterrestres alemãs, foi indicado para o curso de paraquedismo em Fort Benning, nos Estados Unidos da América. No ano subsequente, um decreto-lei determinou a fundação da Escola de Paraquedistas, sendo que Pessôa supervisionou o treinamento de outros 46 oficiais brasileiros que estudaram em Fort Benning até 1948, os quais passaram a ser conhecidos como pioneiros. Esses oficiais, que haviam recebido instrução de paraquedismo nos Estados Unidos, atuaram como instrutores na Escola. O posto de comandante desta instituição foi ocupado pelo coronel Nestor Penha Brasil. Posteriormente, o este coronel se tornou o oficial com o mais longo período no comando, permaneceu nessa posição até 1955.

No ano de 1952, instituiu-se o "Núcleo da Divisão Aeroterrestre", no qual a Escola de Paraquedistas foi incluída como parte integrante. O propósito inicial era expandir o mencionado Núcleo até sua completa divisão, a qual seria composta de três regimentos de infantaria, cada um deles com três batalhões. Contudo, o Núcleo nunca obteve mais do que um regimento de infantaria aeroterrestre incompleto, um grupo de artilharia, uma companhia de engenharia e um

pelotão de comunicações, perfazendo um total de 2.086 praças em 1960, o que não alcançava o número mínimo necessário para a constituição de uma brigada. O regimento possuía somente um batalhão de infantaria, e o grupo de artilharia não estava em conformidade com a organização doutrinária, sendo composto apenas por uma bateria de obuses de 75 mm e outra de 105 mm. (VIANA, 2020)

Em 1968, o Núcleo foi convertido na "Brigada Aeroterrestre", a qual tinha ambições de expansão mais modestas. Em 1971, houve uma mudança de denominação para "Brigada Paraquedista". O termo "aeroterrestre" abarcava tanto as forças paraquedistas quanto as aerotransportadas, e a alteração de nome reconhecia a inexistência desta última categoria. Durante o período da "Brigada Aeroterrestre", não existia mais o regimento de infantaria, mas o batalhão existente foi acrescido de dois novos, formando o 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria Aeroterrestre. Com a alteração de nomenclatura em 1971, estes batalhões passaram a ser denominados, respectivamente, como o 25º, 26º e 27º Batalhões de Infantaria Paraquedista. A designação de "Brigada de Infantaria Paraquedista" foi adotada em 1985 e não ocasionou alterações substanciais, mas apenas refletiu a consistência de se denominar as brigadas pela sua Arma (no caso, a infantaria) e não pela sua especialidade. (VIANA, 2020)

Segundo Viana (2020) a consolidação voluntária do contingente e o "ethos paraquedista" acima de tudo elevam o moral das tropas. Isso é distinguido por um conjunto de tradições e símbolos, incluindo o uso do coturno marrom (*boot*), o distintivo prateado com asas e um paraquedas centralizado e a boina grená. No entanto, a "mística paraquedista" não se limita a estes símbolos, mas simboliza o sentimento de pertencer a uma comunidade e a reprodução de seus valores e comportamentos. Para os paraquedistas militares, suas próprias definições de termos como sacrifício, coragem e patriotismo são fundamentais para a sua existência. Eles consideram suas principais virtudes serem o preparo físico, intelectual e emocional, o espírito de equipe, a tradição e um padrão de masculinidade. As tradições reforçam tanto a igualdade dentro da Brigada quanto a diferença entre seus membros e os demais militares, os "pés pretos", que não usam os coturnos marrons. Há a ideia de reduzir o distanciamento entre oficiais e praças, visto que ambos enfrentam os mesmos riscos.

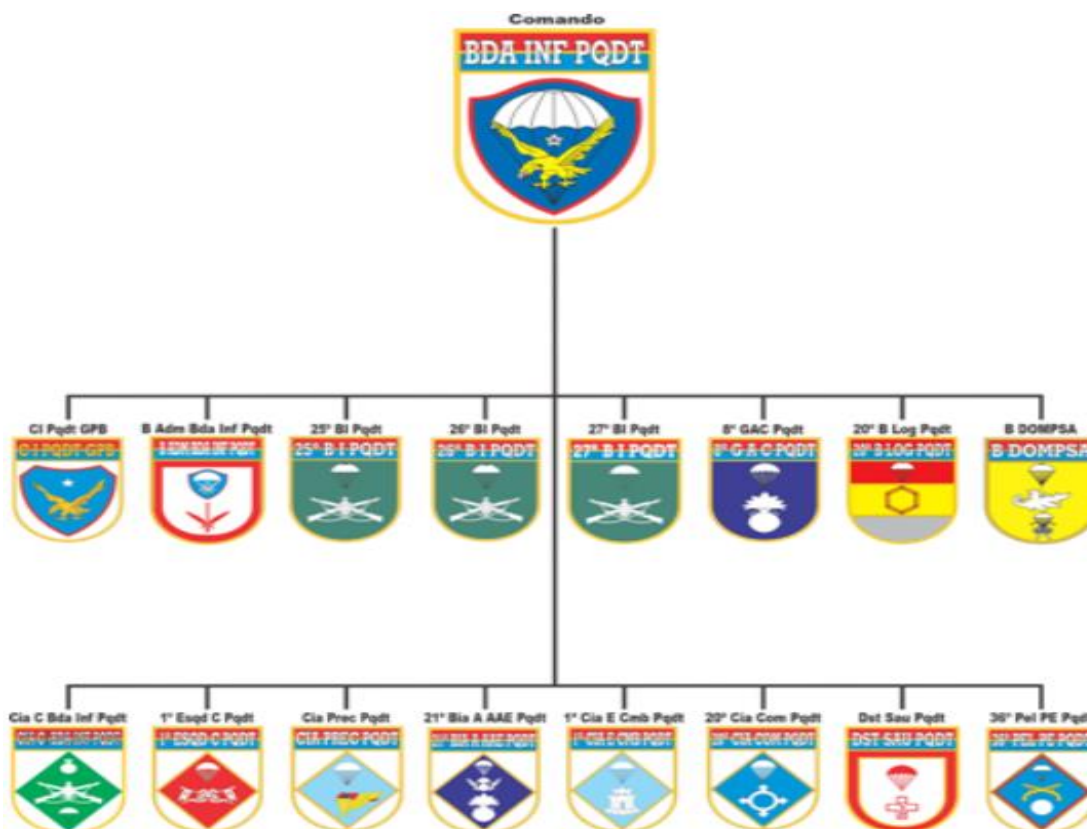
A Brigada tornou-se uma espécie de "exibição" do Exército, com o salto de paraquedas não apenas sendo considerado uma manobra militar, mas também um artefato cultural altamente valorizado por atrair publicidade e moldar a personalidade dos paraquedistas. (VIANA, 2020)

2.2.2 Organização da Bda Inf Pqdt

A Bda Inf Pqdt é composta por 16 Unidades que possuem diferentes funções, as quais são: A Companhia de Precursores Paraquedistas; a Base Administrativa da Brigada; O Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil; O Destacamento de Saúde Paraquedista; O Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos pelo Ar; o 20º Batalhão de Logística Paraquedista; a 20ª Companhia de Comunicações Paraquedista; a 1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista; a 21ª Bateria de Artilharia Antiaérea Paraquedista; o 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista; o 1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista; o 36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista; a Companhia de Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista; e o foco do presente trabalho que são o 25º, 26º e 27º Batalhões de Infantaria Paraquedista, mais precisamente as pequenas frações desses batalhões (BRASIL, 2023).

Segundo Valle (2019) esta Grande Unidade estava subordinada ao Comando Conjunto (CCj) e foi empregada no nível tático durante a IF. O CCj planejava e coordenava seu emprego. Sua composição estava baseada em suas OM orgânicas para seu emprego, conforme organograma da figura 3:

Figura 3 - Organograma da Bda Inf Pqdt



Fonte: <http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/2015-12-03-10-52-14.html>

A Sentinela da Pátria, como é conhecida, é subordinada ao Comando Militar do Leste e ao Comando de Operações Terrestres e tem a capacidade de responder com rapidez, eficácia e poder de combate a qualquer ameaça ao território nacional ou à garantia da lei e da ordem. (BRASIL, 2023) Tem como missão:

Desdobrar até 03 (três) Forças Tarefas Batalhão de Infantaria Pára-quedista (FT BI Pqdt), no prazo máximo de 24 horas, após o seu acionamento, em qualquer parte do território nacional ou em outras regiões de interesse estratégico no exterior, para executar operações de combate para destruir e vencer forças inimigas, podendo empregar o lançamento aeroterrestre e/ou o aerotransporte; participar de operações de amplo espectro integrando forças multinacionais; e conduzir operações de garantia da lei e da ordem. (BRASIL, 2023).

2.2.3 Preparo e Emprego dos Pelotões da Bda Inf Pqdt

O adestramento básico da Sentinela da Pátria tem como objetivos gerais segundo o PPA-Inf/3:

1) Adestramento anual: Capacitar as frações, as subunidades e as unidades para a execução de missões de combate fundamentais à sua natureza e escala 2)

Adestramento de mobilização e (ou) de prorrogação do tempo de serviço militar inicial: Conferir às frações, subunidades e unidades a preparação completa e específica que define os padrões coletivos necessários para atingirem os níveis adequados de eficiência operacional e de poder de combate, de acordo com as necessidades operacionais definidas, atuais ou futuras, da F Ter (BRASIL, 2004)

Porém além das operações que esse plano padrão abrange, a Brigada também é empregada em diversas operações em todo o território nacional. Como ocorreu entre 1994 e 1995 quando foi empregada na Operação Rio e em 2014 às vésperas da Copa do Mundo no Brasil quando ocorreu a Operação São Francisco. (Cortinhas, 2020)

Cortinhas (2020) caracteriza o adestramento da Brigada de Infantaria Paraquedista da seguinte forma:

Ela é preparada para possuir ou receber capacidades/módulos (modularidade/elasticidade), a fim de executar grandes deslocamentos estratégicos. Também é organizada para permitir a sustentação logística na ação (sustentabilidade), ficando em estado de prontidão permanente. Assim, o ano de instrução contempla exercícios ao longo do território nacional para as suas FT BI Pqdt.

Assim a Brigada de Infantaria Paraquedista apresenta um ritmo de operações continuadas por pertencer à Força de Emprego Estratégico (F Emp Estrt) do EB (VALLE, 2019), que segundo Villas Bôas (2017) se configura como:

Forças com poder de combate que possibilitem, nas situações de crise/conflito armado, o desequilíbrio estratégico, por meio da dissuasão e da ofensiva. Estarão aptas a atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico do Estado brasileiro.

Serão preparadas para possuir ou receber capacidades / módulos (modularidade / elasticidade) para executar grandes deslocamentos estratégicos compatíveis com a dimensão continental do Brasil e áreas de interesse. Também deverão ser organizadas para permitir a sustentação logística na ação (sustentabilidade).

Segundo Valle (2019) durante a intervenção não foi diferente, porém os militares das OM dessa GU intercalavam as atividades de adestramento previstas para o ano com as atividades relacionadas à IF. Assim, durante o decorrer da Intervenção as tropas viviam momentos, o 1º de Adestramento e preparo, o 2º de recebimento das ordens e preparação do material, o 3º da execução da missão propriamente dita e o 4º onde havia o regresso para as OM e a desmobilização do pessoal. Cada período desse tinham duração de no mínimo 5 dias consecutivos, variando de acordo com cada missão.

Desta forma nenhuma atividade de adestramento prevista para 2018 foi negligenciada, o que demandou dos militares dessa Brigada abnegação e dedicação para conseguirem cumprir com todos os objetivos. (VALLE, 2019)

O adestramento propriamente dito da Bda Inf Pqdt abrange instruções e exercícios de Operações Ofensivas e Defensivas (Operações em situação de Guerra) e OCCA (Operações de não guerra) além do adestramento para Operações de GLO. Além disso o salto de aeronaves exige um tempo considerável do tempo das Organizações e é indispensável visto a necessidade de a tropa estar adestrada nesse tipo de atividade. (VALLE, 2019)

2.3 OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

Operações de Cooperação e Coordenação com agências são aquelas as quais as FA atuam em conjunto com outras agências com a finalidade de coordenar esforços para a conclusão de objetivos consonantes que atendam ao bem geral e também a fim de conciliar interesses em comum (BRASIL, 2020).

O ambiente organizacional deste tipo de operação pode ser exemplificado pela imagem a seguir:

Figura 4 – O Ambiente Organizacional Interagências



Fig 3-1 – O ambiente organizacional interagências

Fonte: Manual de Campanha Operações Interagências 2ª Edição, 2020. EB70-MC-10.248

As OCCA normalmente ocorrem em situações de não guerra e comumente não envolvem o combate, exceto nas situações de: garantia dos poderes constitucionais; garantia da lei e da ordem; atribuição subsidiárias; prevenção e combate ao terrorismo; sob a égide de

organismos internacionais; em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e outras operações em situação de não guerra. (BRASIL, 2017).

2.3.1 O Ambiente Operacional das OCCA

É considerada agência uma organização ou instituição formalmente constituída, filiada ao governo ou não, militar ou não, nacional ou internacional, pública ou privada, a qual tem competência específica ou possam interferir no gerenciamento de crises ou na solução de conflitos. (BRASIL, 2020).

Segundo o Manual de campanha de Operações Interagências 2ª Edição de 2020, o Ambiente operacional do mundo todo vem mudando gradualmente as relações de poder entre os Estados. A consequência é um aumento das instabilidades locais e regionais, gerando conflitos discordantes do passado. Desta forma, observa-se a inserção de novos atores nos conflitos, comumente não estatais e transnacionais, os quais, atualmente, são os principais geradores dessa instabilidade.

Devido ao contexto atual das operações há um aumento da dificuldade de atuação das Forças Armadas. Este fato se deve a uma evolução tecnológica constante, o que facilita o acesso a diversas tecnologias, também à socialização da internet por meio das redes sociais, e a facilidade de atuação da mídia. Tudo isso aumenta a dificuldade de identificação do inimigo, fazendo com que a tropa desenvolva novas habilidades a fim de evitar danos colaterais. (BRASIL, 2020).

Assim os conflitos atuais são caracterizados por: diminuição da distância dos níveis decisórios, aproximando os níveis político e tático; grande quantidade de tecnologias entre os atores envolvidos; tendência dos confrontos durarem muito tempo; presença instantânea da mídia nos conflitos; questões humanitárias e de meio ambiente valorizadas; intensificação da defesa de minorias; presença de Organizações Não Governamentais (ONG) nos conflitos; informações utilizadas como armas; e o aumento da importância da população e da opinião pública nos conflitos. (BRASIL, 2020).

2.3.2 Características das OCCA

As Operações de Coordenação e Cooperação com agências têm como fundamento base a segurança. Ela está associada à percepção da presença de ameaças as quais podem se tornar

agressores. Essas ameaças podem surgir interna ou externamente ao país, tangendo total ou parcialmente os campos do poder nacional. (BRASIL,2020).

Segundo o manual de Operações Interagências, 2ª Edição de 2020, a legislação nacional criou organismos, de governo ou não, com a finalidade de operarem na segurança pública e na defesa civil. Com a participação das FA nessas ações, surge a necessidade de coordenação entre os diversos atores para o melhor cumprimento da missão. Desta forma, as OCCA têm início no Ministério da Defesa, que cria um projeto (contrato de objetivos, termo de compromisso inicial, ou qualquer documento similar) e este objetiva começar a construção da coordenação entre as agências. O documento deve incluir as atribuições e responsabilidades de cada um, os prazos e prioridades, a padronização de medidas de coordenação e os meios e orçamentos disponíveis.

Dentro do contexto das OCCA, existem os princípios balizadores os quais são normas e procedimentos criados com base em experiências prévias, que objetivam o sucesso no desenrolar das operações. São esses a Cooperação; a Coordenação; a Integração; a Complementariedade; a Legalidade; a Adaptabilidade; a Flexibilidade; a Elasticidade; a Modularidade; a Seletividade; a Simplicidade; a Sustentabilidade; a Proatividade; a União de Esforços; a Interoperabilidade Interagências; a Objetividade e a Responsabilidade Compartilhada. (BRASIL, 2020).

Essas Operações podem ser caracterizadas principalmente pelo uso limitado da força, pela coordenação com outros órgãos, pela combinação de esforços em todos os níveis, pelo caráter episódico, pela não existência de subordinação entre as agências, pela interdependência dos trabalhos, por uma maior interação com a população e pela influência de atores não oficiais e de indivíduos sobre as operações e um ambiente complexo. (BRASIL, 2017).

2.3.3 Operações de Garantia da Lei e da Ordem

A Portaria MD33-M-10 de 2014 conceitua as Operações de Garantia da Lei e da Ordem como:

Uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (BRASIL, 2014).

Desta forma, OP GLO são Operações Militares de Coordenação e Cooperação com agências podendo ser desenvolvidas em ambiente rural ou urbano. Vale ressaltar que o Amparo legal deste tipo de Operação é dado pelos recursos jurídicos: Constituição Federal de 1988, Lei complementar 97 de 1999, Decreto Nr 3897 de 2001 e Lei complementar Nr 117 de 2004. (REIS, 2020).

As Op GLO abrangem diversos tipos de situações e missões e essas exigem um estudo minucioso das condicionantes para o emprego das FA. Os planejamentos sempre deverão ser realizados contextualizados com a segurança integrada, podendo prever a participação de outros órgãos como o Poder Judiciário, o Ministério Público ou qualquer agência de Segurança Pública. (BRASIL, 2014)

2.3.3.1 Características da Op GLO

Este tipo de Operação é caracterizado por 3 itens: ações descentralizadas, complexidade situacional e prevalência das operações em áreas edificadas. Esta descentralização ocorre tendo em vista a necessidade de a tropa estar presente em toda a área delimitada, estando conforme o princípio da dissuasão. (BRASIL, 2018)

É necessário que a tropa aja não apenas nas áreas de maior concentração do problema, mas em toda a área a qual foi delimitada, dessa maneira sendo possível agir de forma definitiva tanto no foco do problema quanto em todo seu entorno. (REIS, 2020)

O manual de GLO de 2018 define a complexidade situacional como “a dificuldade em se identificar e definir ameaças (concretas ou potenciais), a multiplicidade de vetores (civis e militares) e a dificuldade de coordenação de diversos atores com interesses diferentes requerem detalhada consciência situacional.” (BRASIL, 2018)

Por último, uma detalhada consciência situacional é essencial em qualquer tipo de combate, mas principalmente em OP GLO devido à grande quantidade de atores envolvidos no conflito. Nas Operações contemporâneas é imprescindível que todos tenham noção do que está sendo realizado. (REIS, 2020)

Segundo Reis (2020), o ambiente característico dessas Operações é caracterizado por ambientes confinados e ruas estreitas, o que dificulta a utilização de blindados, fato que aumenta a vulnerabilidade da tropa, devido a não disporem de sua proteção. Também devem ser levados em consideração o tipo de munição a ser utilizado e principalmente a alta probabilidade de

existir danos colaterais, devido à grande quantidade de civis presentes na área somado ao desgaste da tropa.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O trabalho aborda o problema: como a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 influenciou o adestramento dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista?

Devido ao foco da pesquisa partir do campo teórico e a necessidade de coleta de dados por através de fontes já escritas na busca e alocação de conhecimento sobre essa influência, será necessário usar os fins do trabalho como revisão de literatura narrativa.

3.2 MÉTODOS

3.2.1 Procedimentos de pesquisa

O levantamento sobre Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista, começa com fichamentos das principais fontes. A busca pelo conceito, funções e como atuam. Isso será feito para a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018, e para as Operações de Cooperação e Coordenação com agências, só assim será possível compreender os como a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 influenciou nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em GLO.

Será necessário levantar os pontos cruciais da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018, bem como dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista, além dos pontos cruciais sobre as OCCA.

A metodologia adotada foi uma revisão de literatura narrativa, que consistiu na busca, seleção e análise de publicações relacionadas ao tema. Foram consultados artigos científicos, livros, relatórios e outras publicações relevantes sobre a atuação dos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista e a Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018. A análise dos dados foi realizada por meio da organização e categorização dos principais temas e ideias abordados nas publicações consultadas.

Após estudar a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 na Área militar, com foco na segurança pública, será necessário comparar o conhecimento coletado com outros já existentes, para se possa ler e aprender sobre a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 e como ela influenciou os Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em OCCA.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da segurança pública e defesa nacional, dentro das OCCA, uma das principais ferramentas utilizadas pelo Estado brasileiro é a Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Trata-se de uma ação excepcional que permite ao Governo Federal empregar as Forças Armadas, por meio de uma solicitação do Governador do Estado, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A GLO é um instrumento previsto na Constituição Federal de 1988, que atribui ao Presidente da República o poder de empregar as Forças Armadas em situações de grave perturbação da ordem ou de ameaça à soberania nacional. Porém, sua utilização deve ser pautada por critérios rígidos, como a necessidade de esgotamento prévio das forças de segurança pública locais e o respeito aos direitos humanos.

Um exemplo recente de utilização desta ferramenta foi a Intervenção Federal do Rio de Janeiro em 2018, que visou a pacificação da cidade e o combate à criminalidade. Nesse caso, as Forças Armadas atuaram em conjunto com as forças policiais locais, buscando garantir a segurança da população e a manutenção da ordem pública.

Além disso, esse instrumento é também utilizado em outras situações, como em eventos de grande porte, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ou para auxiliar em operações de socorro em casos de calamidades públicas.

Nesse contexto, é importante destacar que a utilização desse recurso do PR deve ser uma medida excepcional, e não deve substituir as forças de segurança pública locais, que são responsáveis pela manutenção da ordem no dia a dia. É necessário, ainda, que a atuação das Forças Armadas esteja em consonância com as políticas públicas de segurança e respeite os direitos humanos e as liberdades individuais.

No âmbito da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, a atuação da Brigada de Infantaria Paraquedista foi de fundamental importância para o sucesso das operações. Durante a intervenção, a Bda Pqdt foi acionada para atuar em diversas operações deste tipo com a finalidade de garantir a segurança pública.

Nesse contexto Pimenta (2020) realizou um questionário destinado a Oficiais Gerais e Oficiais Superiores da ativa, que servem ou serviram na Bda Inf Pqdt, que tiveram experiência nas Operações da Intervenção Federal. O questionário teve como objetivo colher

dados a fim de explicitar as capacidades e adestramento da Brigada antes e depois da Intervenção e também os conhecimentos colhidos após a esse período. Abaixo esta a tabela dos participantes da pesquisa de Pimenta (2020):

Tabela 1 – Quadro resumo dos militares participantes

Posto	Nome	Função exercida na Intervenção Federal /2018
General de Brigada	Pedro Celso Coelho Montenegro	Comandante da Bda Inf Pqdt
General de Brigada	Helder de Freitas Braga	Ch EM Bda Inf Pqdt
General de Brigada	Adriano Frutuoso da Costa	Ch EM Bda Inf Pqdt
Coronel	Ricardo Augusto Montella de Carvalho	Comandante do 25° BI Pqdt
Coronel	Emilio Vanderlei Ribeiro	Comandante do 26° BI Pqdt
Coronel	Luciano Bortoluzzi Garcia	Comandante do 26° BI Pqdt
Coronel	Klauber Rogério Candian	Comandante do 27° BI Pqdt
Coronel	Alberto Ono Horita	Comandante do 20° B Log Pqdt
Coronel	Deocleciano José de Santana Netto	Comandante do 8° GAC Pqdt
Coronel	Marcel Cordeiro Freire	Comandante do 1° BPE
Coronel	Olavo Lisboa Kruchak	Subcomandante do 20° B Log Pqdt
Ten Cel	Sergio Alves de Souza	S4 do 26° BI Pqdt
Ten Cel	George Anderson Guedes Teixeira	Asst Sect Cmt Bda Inf Pqdt
Ten Cel	George Anderson Guedes Teixeira	Asst Sect Cmt Bda Inf Pqdt
Major	Vasco Ernesto de Oliva Quadros	S3 e S4 do 25° BI Pqdt
Major	Marcus Emanuel Azevedo Bezerra	Comandante da 21° Bia AAe Pqdt
Major	Daniel Falcão Xavier de Souza	Cmt 1° Esqd C Pqdt
Major	Vinícius Valverde Andries	S3 do 26° BI Pqdt
Major	Marcelo Teruhiko Takano	Cmt 1ª Cia E Cmb Pqdt
Major	Everton Oliveira Behnen	S3 do 8° GAC Pqdt
Major	Henrique Lopes Porto Rodrigues	Integrante da 2ª Cia Intlg
Major	Flavio Henrique Magalhães Valle	S3 do 25° BI Pqdt
Major	Frederico Altermann Neto	S3 do 26° BI Pqdt

Major	<i>Oficial de Inteligência da Bda Inf Pqdt</i>	E2 Bda Inf Pqdt
Major	Dario Gonçalves de Lima Castro	S3 do 27° BI Pqdt
Major	Antonio Fernando Adorno Cossa	Chefe da Seção de Planejamento
Major	Glaucir Lopes Gonçalves	S4 do 27 BIPqdt

Fonte: Pimenta (2020)

A 5ª pergunta do questionário foi uma questão subjetiva que abordou: como o Emprego das FA em Op GLO influenciou as Capacidades da Bda, nela foi constatado que:

Houve uma evolução na doutrina e aquisição de meios de emprego militar, bem como no adestramento, porém esse emprego utilizou o tempo para realização de atividades de outra natureza e também pressionou a cadeia logística. (PIMENTA, 2020)

Dessa forma, visualiza-se consequências positivas e negativas para os pelotões dessa GU após a Intervenção. Nessa questão, também, explana o Maj Behnen, S3 do 8° GAC Pqdt na IF, empregar a tropa em GLO “guarda semelhanças com o combate em localidade, trazendo experiências válidas para a doutrina de emprego no ambiente urbano” (PIMENTA, 2020)

Na pesquisa supracitada, foi questionado se a Intervenção contribuiu para o estado de pronto emprego, e os militares que consideraram que contribuiu ou contribuiu em parte citaram o “emprego real” como o fator essencial. Pimenta (2020) conclui a partir da resposta de BRAGA (2020) que pelo fato de a Bda Ind Pqdt ser submetida a situação de extremo perigo atuando em operações reais, aumentou o estado de prontidão dos pelotões da Bda.

Na oitava pergunta da pesquisa, Pimenta (2020) interroga os militares participantes quais aspectos foram melhorados ou prejudicados como consequência do emprego dessa GU na IF. Somente dois dentre os mais de doze aspectos foram considerados prejudicados, o adestramento específico para operações básicas e aeroterrestres e o adestramento de armas coletivas. Demonstrando que houve mais aspectos melhorados do que prejudicados a partir da atuação da Bda na Intervenção. Destacaram-se os aspectos demonstrados na tabela abaixo, citados mais de uma vez nas repostas:

Tabela 2 – Aspectos que apresentaram melhoria

Aspecto	Quantidade de citações
---------	------------------------

Comando e Controle	6
TTP em Combate Urbano	5
Aquisição de MEM	5
Logística	5
Liderança	5
Prontidão	3
Inteligência	2
Adestramento de Tiro	2
Planejamento de EM	2
Interoperabilidade	2

Fonte: Pimenta (2020)

A atuação da Bda Pqdt nas operações de GLO foi marcada pela sua capacidade de planejamento e execução de ações táticas, que permitiram o cumprimento dos objetivos de cada operação com rapidez e eficiência. A unidade também se destacou pela sua capacidade de adaptação a diferentes cenários e condições, o que permitiu uma atuação efetiva mesmo em situações adversas. (VIANA, 2020)

Por fim, a atuação da Bda Pqdt nas operações de GLO também teve um importante impacto na formação e capacitação de seus profissionais. A experiência adquirida em situações de alta complexidade e em ambientes de cooperação e coordenação com outras agências contribuiu para a formação de profissionais mais capacitados e preparados para atuar em situações de crise.

Em suma, a atuação da Bda Pqdt nas operações de OCCA durante a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 foi marcada pela sua capacidade de planejamento e execução de ações táticas, sua capacidade de adaptação a diferentes cenários e condições, sua capacidade de integrar diferentes agências e equipes, e sua contribuição para a formação e capacitação de seus profissionais.

No entanto, é importante ressaltar que a Bda Pqdt é uma unidade altamente especializada, treinada para atuar em situações de alta complexidade e capaz de realizar operações táticas com precisão e eficiência.

Portanto, a influência da participação nas Operações da Intervenção Federal são destacáveis, mas principalmente a melhora no estado de pronto-emprego da Bda Inf Pqdt.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Intervenção Federal foi um marco na história do Exército Brasileiro como aponta Pimenta (2020):

De fato, a participação nas Operações da Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, constitui um marco na história do Exército Brasileiro e do nosso país. De forma inédita, o controle operacional de todos os órgãos estaduais de segurança pública foi passado a um General de Exército, na busca da solução de um problema de caos social.

Desta forma, vale ressaltar a importância da participação dos Pelotões da Brigada de Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da Ordem visto que na maior parte dos aspectos houve consequências positivas para o adestramento e o nível de preparo e emprego da tropa, exemplificados pela melhoria da interoperabilidade e principalmente pela experiência e combate, mesmo que em detrimento do adestramento em Operações Básicas e aeroterrestres.

Assim, pode-se afirmar que um aprendizado colhido deste período é incentivar o aumento dos treinamentos e adestramentos em atividades de GLO, para manter o nível de pronto emprego da tropa. Deve-se realizar esse incentivo sem negligenciar o adestramento nas Operações clássicas e aeroterrestres, as quais são o foco principal da Brigada Paraquedista. Como dito pelo General Fructoso, Ch EM Bda Inf Pqdt, “Todo emprego de tropa, qualquer que seja ele, movimenta a OM e faz com que os sistemas funcionem, assim os estados de prontidão e pronta resposta estão sendo trabalhados” (PIMENTA, 2020).

Com efeito, é imperativo salientar que a meta de compreender as lições aprendidas através da Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da Ordem foi integralmente alcançada por meio de uma análise minuciosa e aprofundada dos elementos pertinentes ao caso.

De fato, a pesquisa efetuada permitiu identificar, de forma clara e precisa, as principais lições aprendidas nesse contexto específico, tais como a importância da integração entre as agências envolvidas, a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de cooperação e aprimoramento das capacidades técnicas das equipes de intervenção.

Portanto, é possível afirmar que a pesquisa logrou êxito em atingir o objetivo proposto, ao fornecer um panorama completo e abrangente sobre a Intervenção Federal do Rio de Janeiro de 2018 nos Pelotões da Brigada Infantaria Paraquedista em Operações de Garantia da Lei e da

Ordem. Os resultados obtidos permitirão o aprimoramento das capacidades técnicas de batalhões em situações futuras que necessitem realizar Operações de GLO.

Por fim, acerca do tema do trabalho, é importante a realização de instruções em todos os níveis nas escolas de formação sobre as Lições Aprendidas pelas Operações “Furacão” para que tais conhecimentos sejam semeados em toda a Força. Também é importante realizar um seminário para a assimilação dos conhecimentos obtidos por todos do EB que participaram da IF a fim de realizar um estudo sobre o caso e colher os melhores aprendizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Othon Gonçalves. **Regras de engajamento utilizadas nas operações do Exército Brasileiro durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro de 2018**. 44 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2022.

BASTOS, C. R. Curso de direito constitucional. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 2000

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha - Operações**, 5ª edição, Brasília, DF: COTER, 2017. EB70-MC-10.223.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Campanha – Operações Interagências**, 2ª edição, Brasília, DF: COTER, 2020. EB70-MC-10.248.

BRASIL. Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília/DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9288.htm. Acesso em 18 de março de 2023.

BRASIL. Site da Brigada de Infantaria Paraquedista. Disponível em: <http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/missao-visao-e-valores.html>. Acesso em 10 de março de 2023

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Operação de Garantia da Lei e da Ordem – EB70-MC-10.242. 1 ed. Brasília, DF, 2018

BRASIL. Ministério da Defesa. Garantia da Lei e da Ordem – MD33-M-10. 1 ed. Brasília, DF, 2014

CORTINHAS, Guilherme Luchetti. O emprego da Brigada de Infantaria Pára-quedista na guerra de 4ª geração. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 1, n. 23, p. 6-13, 2020.

DE JESUS, Diego Santos Vieira. A intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro: motivações e repercussões político-sociais e econômicas. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 194-214, 11 jan. 2019.

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GIFRJ). **Relatório de Gestão 2018**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, 2019.

GABINETE DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GIFRJ). Portaria Normativa nº 5, de 29 de maio de 2018. Aprova o Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Plano Estratégico**, Rio de Janeiro.

GRANDIM, Felipe; MARTINS, Marco Antônio; SATRIANO, Nicolás. **Crise, ausência de UPPs, banalização de fuzis, violência na folia: veja motivos que levaram à intervenção federal no RJ.** Rio de Janeiro, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crise-falencia-de-upps-banalizacao-de-fuzis-violencia-na-folia-veja-motivos-que-levaram-a-intervencao-federal-no-rj.ghtml>. Acesso em 3 março de 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Faustino Faria de. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos APOP no contexto da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018.** 2019.

REIS, Felipe Carlos dos. **As Características das Operações de Garantia da Lei e da Ordem realizadas sob a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro de 2018.** 2020

RUIZ, Sandro Silva. **O Terreno Humano e as Operações de Paz.** Orientador: Adriana Aparecida Marques. 2014. 107 p. Dissertação (Mestre em ciências militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Marcus Vinícios Pimenta da. **A intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro e as consequências para o preparo e emprego da força terrestre: o estado de pronto-emprego da brigada de infantaria Paraquedista para operações de defesa externa.** 2020.

VALLE, Flávio Henrique Magalhães. **A influência da Intervenção Federal no adestramento das tropas da Brigada de Infantaria Paraquedista.** 2019.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **A Brigada de Infantaria Paraquedista: história institucional e cultura organizacional da tropa aeroterrestre brasileira.** Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2020

VILLAS BÔAS, Eduardo. **Concepção estratégica.** (2017). Disponível em: [https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/27976/exercito-brasileiro-concepcao-estrategica/#:~:text=1\)%20FOR%C3%87AS%20DE%20EMPREGO%20ESTRAT%C3%89GICO%20\(F%20Emp%20Estrt\)&text=Ser%C3%A3o%20preparadas%20para%20possuir%200ou,Brasil%20e%20%C3%A1reas%20de%20interesse](https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/27976/exercito-brasileiro-concepcao-estrategica/#:~:text=1)%20FOR%C3%87AS%20DE%20EMPREGO%20ESTRAT%C3%89GICO%20(F%20Emp%20Estrt)&text=Ser%C3%A3o%20preparadas%20para%20possuir%200ou,Brasil%20e%20%C3%A1reas%20de%20interesse). Acessado em 18 de março de 2023.